

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/6090	9156/2026	Proposta à Câmara Municipal
Assunto do Processo		
Proposta à Câmara Municipal - Recurso Administrativo Especial - Decisão de arquivamento definitivo do processo - Rua Nova do Noval, nº 52 - União Freguesia de Celeirós, Aveleda e Vimieiro		
Unidade Administrativa		
DJ - DAAJ - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

ASSUNTO: Recurso Administrativo Especial - Decisão de arquivamento definitivo do processo - Rua Nova do Noval, nº 52 - União Freguesia de Celeirós, Aveleda e Vimieiro

Face à factualidade e o quadro legal descritos no parecer jurídico que *infra* se anexa, e considerando, ainda, que:

- O Município de Braga rececionou uma exposição em 17/01/2025 (Cfr. Anexo 4), cujos factos e fundamentos apresentados pelos mesmos particulares, em sede de audiência prévia (Cfr. Anexo 9), afiguram-se-nos constituir os mesmos que, aqui, são invocados no presente recurso;
- A referida audiência prévia foi devidamente analisada sob o ponto de vista técnico-urbanístico pela DAT e pelo Departamento de Fiscalização (Cfr. Anexo 5, 6 e 7), o qual propôs a manutenção da decisão de arquivamento do processo (Cfr. Anexo 10);
- Foi praticado o ato administrativo pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, consubstanciado no arquivamento definitivo do procedimento de fiscalização subjacente ao presente recurso (Cfr. Anexo 2);
- Os argumentos, agora, invocados pelos recorrentes não introduzem novos fundamentos, face ao explanado pelos mesmos no exercício do direito de audiência prévia, não sendo, por isso, capazes de contrariar a decisão final de arquivamento proferida no dia 21/10/2025 (Cfr. Anexo 2);
- Por conseguinte, s.m.o., julga-se que não deverá ser dado provimento ao presente Recurso Administrativo Especial.



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Assim, propõe-se que o Executivo Municipal delibere,

Ao abrigo da competência prevista no n.º 2 do artigo 34.º do RJAL, na sua redação atual, e para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 195.º e no artigo 197.º do CPA (por força do preceituado no n.º 5, do artigo 199.º, do mesmo diploma legal), **indeferir o presente Recurso Administrativo Especial e confirmar o ato administrativo ora recorrido pelas razões de facto e de direito melhor expendidas no sobredito parecer jurídico anexo;**

Anexos:

1. Parecer jurídico e respetivos documentos anexos.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 2022/500.10.301/671

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Processo de migração

Assunto do Processo: Morada: Rua do Noval, nº54 e 56 - Aveleda

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Os constantes do parecer jurídico que se reproduz *infra*.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/5660 de 23 de Fevereiro de 2026.

RESOLUÇÃO

Concordo com o referido parecer jurídico e com a respetiva fundamentação, bem como com as informações/despachos superiores subseqüentes, devendo proceder-se em conformidade.

Despachos

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PARECER JURÍDICO

Data: 16/02/2025

Nº Processo: 2022/500.10.301/671

Assunto: Recurso Administrativo Especial - Decisão de arquivamento definitivo do processo - Rua Nova do Noval, nº 52 - União Freguesia de Celeirós, Aveleda e Vimieiro

I. QUESTÃO JURÍDICA

Os requerentes no processo de fiscalização municipal identificado em epígrafe, tendo sido notificados da **decisão de arquivamento** do presente processo, vieram interpor «Recurso Hierárquico» dirigido ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, mediante o requerimento n.º 2025-E-RE-26691 de 13/11/2025 - Cfr. Anexo 1.

II. FUNDAMENTOS DO RECURSO HIERÁRQUICO

No recurso apresentado, resumidamente, os recorrentes peticionam o seguinte:

«[...] Pelo exposto, deverá:

- o recurso hierárquico ser aceite, tramitado e decidido, nos termos da lei; e

- V. Exa. ordenar que se faça, não só uma vistoria de segurança e salubridade do muro de suporte entre os lotes n.ºs 2 e 3 do alvará de loteamento n.º 17/1990 de 10/7/2013, mas que se recorra a todos mecanismos ao dispor do Município de Braga, de forma a garantir/atestar que estão salvaguardadas todas condições de segurança para pessoas e bens e que a intervenção no muro se encontra tal como consta do processo da comunicação prévia.»

III. ENQUADRAMENTO JURÍDICO

1. DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

• Mecanismo de reação administrativa e efeitos do Recurso:

Debrucemo-nos, agora, sobre a caracterização do tipo de mecanismo de reação contra o ato administrativo praticado pelo então Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Ricardo Rio, consubstanciado no **arquivamento definitivo do presente procedimento administrativo de fiscalização** (Cfr. Anexo 2), no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE).



De facto, o recorrente designa a presente exposição de «Recurso Hierárquico», enquadrando-o na figura prevista nos artigos 193.º e ss. do Código do Procedimento Administrativo (CPA) e dirigindo-o ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Convém, desde já, reiterar que o presente recurso tem como objeto a **decisão de arquivamento do Sr. Presidente da Câmara Municipal, no exercício de poderes delegados**, nos termos da alínea a) do ponto III. do Despacho de Delegação de Competências da Câmara Municipal no Presidente da Câmara Municipal para o Mandato 2021-2025 - Cfr. Anexo 3.

Na verdade, o recurso hierárquico aponta para uma relação de supra/infra ordenação que, perante situações de delegação de competências, tem sido entendido jurisprudencialmente não existir¹.

No caso em apreço, não existe relação hierárquica entre o Presidente da Câmara e a Câmara Municipal que neste delegou determinadas competências. Antes sim, tratam-se de órgãos independentes de uma mesma pessoa coletiva pública e, por essa razão, é que ao operar-se a delegação de competências, o Presidente da Câmara passa a praticar os atos que eram da competência da própria Câmara Municipal e, por isso, recorríveis².

Com efeito, não sufragamos do mesmo entendimento do recorrente, pois, consideramos que será de enquadrar o presente mecanismo de reação num **recurso administrativo especial** (anteriormente designado de recurso hierárquico impróprio), previsto no artigo 199.º, n.º 2 do CPA. Isto é, uma vez em causa um ato praticado no âmbito de uma delegação de competências, dispõe este normativo do CPA que *“pode ainda haver lugar, por expressa disposição legal, a recurso para o delegante ou subdelegante dos atos praticados pelo delegado ou subdelegado.”*

É da competência da Câmara Municipal exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios, conforme resulta do estabelecido no artigo 33.º, n.º 1, al. y) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (RJAL), na sua redação atual. Tais competências, ao abrigo do artigo

1 Cfr. Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, do dia 06/12/2017, no âmbito do processo n.º 01023/16. «Sumário: I - A decisão do Vereador do Pelouro das Finanças da Câmara Municipal de Lisboa praticado sob delegação de competência do Presidente da Câmara é um acto administrativo que quando lesivo por direitos da recorrente e como tal imediatamente impugnável.

II - Não existindo relação hierárquica entre o Vereador do Pelouro das Finanças e o Presidente da Câmara delegante nem prevendo a lei recurso do acto assim praticado o recurso hierárquico interposto tem de haver-se como recurso hierárquico impróprio, de natureza facultativa.

III - Limitando-se o acto proferido em sede de recurso hierárquico impróprio a manter o acto praticado pelo Vereador, com adesão à fundamentação por este exarada, tal acto tem natureza confirmativa e como tal é irrecurável.» Disponível em: <https://www.dgsi.pt/jsta.nsf/-/F576659973C5B612802581F5004D57D2>

2 In Parecer da CCDR-Norte n.º INF_DSAJAL_TL_2189/2020, datado de 28/02/2023. Disponível em: https://www.ccdr-n.pt/storage/app/media/files/ficheiros_ccdrn/administracao/local/admissibilidade_de_recurso_administrativo_no_ambito_do_procedimento_conc.pdf



34.º, n.º 1 do RJAL, podem ser delegadas no respetivo presidente, com possibilidade de subdelegação em qualquer dos vereadores.

Neste sentido, segundo o n.º 2, do artigo 34.º do RJAL, *“das decisões tomadas pelo presidente da câmara municipal ou pelos vereadores no exercício de competências delegadas ou subdelegadas cabe recurso para a câmara municipal, sem prejuízo da sua impugnação contenciosa.”*

Portanto, estando no âmbito de competências delegadas, poderá o recurso ser **objeto de apreciação e decisão pela Câmara Municipal**, de acordo com o previsto no artigo 199.º, n.º 2 do CPA e do artigo 34.º, n.º 2 do RJAL.

Refira-se, ainda, que, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 199.º do CPA, aos recursos administrativos especiais aplicam-se as regras do recurso hierárquico (*Vide* artigos 184.º e seguintes do CPA).

Por último, por força dos artigos 185.º, n.º 1 e 189.º, n.º 2 do CPA, o presente recurso classifica-se como **facultativo**, visto que, este não constitui um passo intermédio indispensável para recorrer à via contenciosa, e, consequentemente, não tem efeito suspensivo.

- **Legitimidade para recorrer:**

Determina a alínea a), do n.º 1, do artigo 186.º, do CPA, *“têm legitimidade para reclamar ou recorrer os titulares de direitos subjetivos ou interesses legalmente protegidos que se considerem lesados pela prática ou omissão do ato administrativo”*.

Face ao citado preceito legal, os recorrentes detêm legitimidade no que concerne à interposição do recurso hierárquico, por serem titulares de um interesse legalmente protegido e, ainda, por se considerarem lesados no que concerne à decisão de arquivamento do presente processo.

- **Tempestividade do Recurso:**

A decisão ora impugnada foi proferida pelo então Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Ricardo Rio, em 21/10/2025 (Cfr. Anexo 2), tendo a respetiva notificação sido recebida pelos recorrentes em 03/11/2025, conforme resulta do comprovativo de receção no balcão eletrónico constante dos autos – Cfr. Anexos 11 e 12.

Considerando que só existe dever de decisão se a impugnação do ato administrativo for apresentada dentro do prazo previsto na lei, verificamos pela leitura conjugada dos artigos 188.º e 193.º, n.º 2, do CPA, que o mecanismo de reação adotado é **tempestivo**,



porquanto, deu entrada nos serviços municipais no dia 13/11/2025 – Cfr. Anexo 1.

2. ANÁLISE DO MÉRITO DAS QUESTÕES LEVANTADAS

Sem prejuízo de não concordarmos com a classificação da impugnação administrativa apresentada, importa analisar sobre o mérito do recurso, concretamente sobre o vício que alegadamente inquina o ato administrativo.

Os recorrentes, resumidamente, alegam que o Município de Braga desrespeitou os princípios gerais da atividade administrativa, designadamente, os interesses públicos da participação, da eficiência, da economicidade e da celeridade na preparação da decisão, em desacordo com o princípio da adequação procedimental, previsto no artigo 56.º do CPA, e que *“nem procedeu às diligências que se revelam adequadas e necessárias à preparação de uma decisão legal e justa, em desacordo com o Princípio do Inquisitório, previsto no art.º 58.º do CPA.”*

Acrescentam, ainda, que *“trata-se de um arquivamento, não fundado em factos, mas em aparências ou suposições, pelo que só se poderá concluir que a responsabilidade de qualquer ocorrência a este nível, será imputada ao Município de Braga.”*

Ora, compulsado o presente processo, não nos afigura que possa assistir razão aos recorrentes, se não vejamos:

- a. Mediante a exposição sob o registo n.º 2025-E-RE-1805, do dia 17/01/2025 (Cfr. Anexo 4), os aqui recorrentes denunciaram a esta edilidade o seguinte:

“Exmo. Sr. Presidente,

Na impossibilidade de acesso ao balcão eletrónico, envia-se por este meio.

Venho, por este meio, pedir a v/ intervenção, nos seguintes termos:

- após ter dado entrada um processo de licenciamento para a execução do muro de terras no local - proc.º 3831/2023 -, foi suspenso o proc.º 2022/500.10.301/671 que corria termos na Divisão de Fiscalização;

- foi obtido licenciamento, nos termos do proc. 3831/2023;

- esse licenciamento foi dado tendo por base um conjunto de documentos técnicos, inclusive uma calendarização;

- no entanto, tal não foi cumprido.

Nesse sentido, solicita-se a v/ intervenção.”

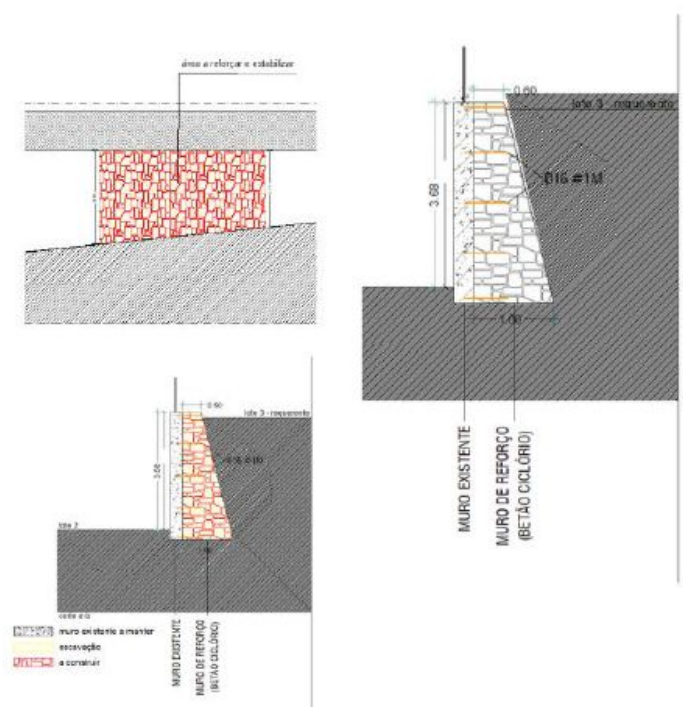
- b. Em visita ao local a 22/01/2025, a Divisão de Fiscalização Urbanística constatou que «[...] apenas foi possível verificar o topo do muro, relativamente à licença de Legalização de Obras de Construção de Muro de Suporte de Terras nº394/2024, dado que o mesmo se desenvolve no subsolo, o reclamado forneceu fotos que seguem em anexo da sua execução. Relativamente às questões estéticas do muro referenciado no presente



c. No sentido de aferir se, no processo de licenciamento do muro, estava previsto acabamento exterior do mesmo e em caso afirmativo, qual seria esse acabamento, foi consultada a Divisão de Avaliação Técnica (DAT), tendo esta Unidade Orgânica informado (Cfr. Anexo 6):

3.1. Em resposta à solicitação da Divisão de Fiscalização, relativa à verificação da existência de indicação quanto ao acabamento exterior do muro objeto de legalização, informa-se o seguinte:

3.2. Consta-se que no **processo n.º 2/2023/3831**, referente à comunicação prévia de legalização da obra, **não consta**, nas peças desenhadas do projeto de arquitetura, nas especialidades apresentadas, nem em qualquer outro elemento instrutório, qualquer referência ao acabamento exterior do muro confrontante com o prédio n.º 52.

DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS
PDABO, PDSENIHADAS V2.DWEX

«[...] É intenção deste Município arquivar o presente processo nos termos do disposto no n.º 1 do Artigo 95.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA).

- *Tal intenção deve-se ao facto de, em ação inspetiva ao local, se ter sido verificado que, que a parte visível do muro se encontrava, aparentemente, em conformidade com a licença de*



Legalização de Obras de Construção de Muro de Suporte de Terras nº 394/2024.

- *Tendo surgido dúvidas sobre o tipo de acabamento previsto para o muro, a DMGT/DU/DAT, pronunciou-se nos termos do despacho 2025-6942, de 04/07/2025, de que se anexa cópia.*
 - *A realização de correções estéticas, é uma questão entre privados, a dirimir entre as partes ou com recurso às entidades próprias.*
 - *Assim, nos termos dos artigos 121º e 122º do diploma acima referido (CPA), dispõe do prazo de dez (10) dias úteis para se pronunciar, sendo que, decorrido tal prazo sem que haja resposta de V. Exa., o presente projeto de decisão converter-se-á em definitivo, arquivando-se o processo de seguida.»*
- e. Em 07/08/2025, mediante o registo n.º 2025-E-RE-17503 (Cfr. Anexo 9), os recorrentes pronunciaram-se em sede de audiência prévia, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida.
- f. A pronuncia foi analisada pelo Departamento de Fiscalização, em 21/10/2025 (Cfr. Anexo 10), tendo esta Unidade Orgânica informado:

«Em resposta ao ofício 2025-S-RC-5000, de 24/07/2025, veio o requerente em sede de audiência prévia, pronunciar-se nos termos do requerimento 2025-E-RE-17503 de 07/08/2025, em resposta ao que deve ser notificado do seguinte:

· Em resposta ao requerimento 2025-E-RE-17503 de 07/08/2025, apresentado por V. Ex^a, informa-se que os argumentos evocados nada acrescentam que possa alterar a nossa anterior proposta, pelo que, conforme o disposto no nº 1 do artigo 95º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), o processo será definitivamente arquivado.

· Salienta-se o facto de os técnicos do município não terem detetado discrepâncias, entre o projeto aprovado e a obra realizada.

Nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação, o diretor de obra é o técnico responsável pela direção e execução da obra, sendo a ele que compete assegurar a correta realização da obra, no desempenho das tarefas de coordenação, direção e execução dos trabalhos, em conformidade com o projeto de execução e o cumprimento das condições da licença ou da admissão, em sede de procedimento administrativo ou contratual público, por outro lado, o diretor de fiscalização de obra é o técnico responsável por assegurar a verificação da execução da obra em conformidade com o projeto de execução, e o cumprimento das condições da licença ou admissão, em sede de procedimento administrativo ou contratual público, bem como o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor.

· Mais se informa que, no âmbito dos artigos 89º e 90º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), na sua redação atual, podendo quaisquer interessados solicitar, neste Município, a realização de uma vistoria técnica, devendo, para tal, dirigirem-se ao Balcão Único deste Município, procedendo também ao pagamento da respetiva taxa, de acordo com o previsto na Tabela de Taxas e Licenças Municipais.»

- g. Na sequência do despacho Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 21/10/2025 (Cfr. Anexo 2), os recorrentes foram notificados do arquivamento definitivo do presente processo, nos termos seguintes (Cfr. Anexo 11):

«[...] Em resposta ao requerimento 2025-E-RE-17503 de 07/08/2025, apresentado por V. Exa., informa-se que, os argumentos evocados nada acrescentam que possa alterar a nossa anterior proposta, pelo que, conforme o disposto no nº 1 do artigo 95º do Código de



Procedimento Administrativo (CPA), o processo será definitivamente arquivado.

Em relação ao facto de, os técnicos do município não terem detetado discrepâncias, entre o projeto aprovado e a obra realizada, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação, o diretor de obra é o técnico responsável pela direção e execução da obra, sendo a ele que compete assegurar a correta realização da obra, no desempenho das tarefas de coordenação, direção e execução dos trabalhos, em conformidade com o projeto de execução e o cumprimento das condições da licença ou da admissão, em sede de procedimento administrativo ou contratual público, por outro lado, o diretor de fiscalização de obra é o técnico responsável por assegurar a verificação da execução da obra em conformidade com o projeto de execução, e o cumprimento das condições da licença ou admissão, em sede de procedimento administrativo ou contratual público, bem como o cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor.

Mais se informa que, no âmbito dos artigos 89º e 90º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), na sua redação atual, podendo quaisquer interessados solicitar, neste Município, a realização de uma vistoria técnica, devendo, para tal, dirigirem-se ao Balcão Único deste Município, procedendo também ao pagamento da respetiva taxa, de acordo com o previsto na Tabela de Taxas e Licenças Municipais.»

- h. Notificados da decisão de arquivamento do presente processo, os recorrentes vieram interpor «Recurso Hierárquico» dirigido ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, mediante o requerimento n.º 2025-E-RE-26691 de 13/11/2025 – Cfr. Anexo 1.

Face ao exposto, analisado o presente recurso, é possível perceber que, na sua generalidade, este configura uma **repetição dos argumentos previamente invocados em sede de audiência prévia**, não introduzindo novos fundamentos face ao já expandido no requerimento constante do Anexo 9.

Ademais, conforme resulta dos autos, os competentes serviços do Departamento de Fiscalização e do Departamento de Urbanismo já se pronunciaram sobre os factos elencados em sede de audiência prévia (Vide Anexos 5, 6 e 7), tendo os técnicos municipais apurado:

- *No processo n.º 2/2023/3831, referente à comunicação prévia de legalização da obra, não consta, nas peças desenhadas do projeto de arquitetura, nas especialidades apresentadas, nem em qualquer outro elemento instrutório, qualquer referência ao acabamento exterior do muro confrontante com o prédio n.º 52;*
- *Não existir discrepâncias entre a licença de Legalização de Obras de Construção de Muro de Suporte de Terras n.º 394/2024 e a obra realizada;*

Pelo que, foi determinado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal o arquivamento definitivo do processo – Cfr. Anexo 2.



Por último, importa ressaltar o **princípio da decisão administrativa**, no qual se estabelece no n.º 2, do artigo 13.º do CPA, que *“não existe o dever de decisão quando, há menos de dois anos, contados da data da apresentação do requerimento, o órgão competente tenha praticado um ato administrativo sobre o mesmo pedido, formulado pelo mesmo particular com os mesmos fundamentos.”*

IV. CONCLUSÃO

Em suma, considerando que:

- O Município de Braga rececionou uma exposição em 17/01/2025 (Cfr. Anexo 4), cujos factos e fundamentos apresentados pelos mesmos particulares, em sede de audiência prévia (Cfr. Anexo 9), afiguram-se-nos constituir os mesmos que, aqui, são invocados no presente recurso;
- A referida audiência prévia foi devidamente analisada sob o ponto de vista técnico-urbanístico pela DAT e pelo Departamento de Fiscalização (Cfr. Anexo 5, 6 e 7), o qual propôs a manutenção da decisão de arquivamento do processo (Cfr. Anexo 10);
- Foi praticado o ato administrativo pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, consubstanciado no arquivamento definitivo do procedimento de fiscalização subjacente ao presente recurso (Cfr. Anexo 2);
- Os argumentos, agora, invocados pelos recorrentes não introduzem novos fundamentos, face ao explanado pelos mesmos no exercício do direito de audiência prévia, não sendo, por isso, capazes de contrariar a decisão final de arquivamento proferida no dia 21/10/2025 (Cfr. Anexo 2);

Nestes termos, tendo em consideração tudo o que *supra* fica exposto, s.m.o., é nosso entendimento que não deverá ser dado provimento ao presente Recurso Administrativo Especial.

Assim, tendo em vista o **indeferimento do Recurso Administrativo Especial** e a **confirmação do ato recorrido** (arquivamento definitivo do procedimento de fiscalização), submete-se à consideração superior a **submissão do presente recurso ao Executivo Municipal para sua apreciação e emissão de decisão final**, para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 195.º e no artigo 197.º do CPA (por força do preceituado no n.º 5, do artigo 199.º, do mesmo diploma legal) e ao abrigo do n.º 2 do artigo 34.º do RJAL, na sua redação atual.



Este é, s.m.o., o parecer que se oferece.

Técnico(a) Jurista

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

